



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2016 E 2015

MUXFELDT MARIN E CIA LTDA.

CNPJ: 97.578.090/0001-34 – INSCR. ESTADUAL: 138/0018320

Rua do Comércio, 1420 – Centro

Fone /Fax: (54) 3344-1277

E-mail: mux@muxenergia.com.br

Site: www.muxenergia.com.br

99950-000 - TAPEJARA - RIO GRANDE DO SUL



SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIO	8
BALANÇO SOCIAL ANUAL.....	17
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	18
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	36



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

Legislação Societária

Valores expressos em milhares de reais			
ATIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE		13.688	12.787
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	9.553	7.999
Consumidores	5	2.773	3.723
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	6	189	186
Serviços em Curso	7	-	-
Estoque		622	505
Despesas Pagas Antecipadamente		192	8
Ativos Regulatórios	12	273	-
Outros Ativos Circulantes	8	86	366
NÃO CIRCULANTE		7.016	6.143
Consumidores	5	620	340
Tributos a Compensar	6	108	51
Ativo Financeiro da Concessão	9	286	5.148
Investimentos	10	285	254
Intangíveis	11	5.717	350
TOTAL DO ATIVO		20.704	18.930
PASSIVO			
CIRCULANTE		5.190	5.226
Fornecedores	13	1.612	1.978
Salários e Encargos a Pagar	14	260	249
Tributos e Contribuições Sociais	15	540	516
Encargos Setoriais	16	766	1.177
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	17	655	654
Passivos Regulatórios	12	918	-
Outras Passivos Circulantes		439	652
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.514	13.704
Capital Social		7.500	7.500
Reservas de Lucros		8.014	6.204
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.704	18.930

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EM 31 DE DEZEMBRO

Legislação Societária

		Valores expressos em milhares de reais	
	Nota	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		39.026	40.350
Fornecimento de Energia Elétrica	19	36.714	37.501
Outras Receitas Operacionais	20	2.312	2.849
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	21	(15.958)	(18.306)
Impostos Estaduais		(9.110)	(7.997)
Impostos Federais		(3.561)	(3.678)
Impostos Municipais		(12)	(10)
Encargos Setoriais		(3.275)	(6.621)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		23.068	22.044
CUSTO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	22	(15.123)	(15.813)
CUSTO DA OPERAÇÃO	23	(4.753)	(4.366)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		3.192	1.865
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	24	508	289
RESULTADO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		3.700	2.154
Imposto de Renda		(874)	(499)
Contribuição Social		(335)	(195)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		2.491	1.460
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		770	770
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.261	2.230

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais				
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS ACUMULAD.	QUOTAS EM TESOUR.	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	7.500	5.756	-	-	13.256
Dividendos Pagos	-	(900)	-	-	(900)
Aquisição de quotas próprias	-	(52)	-	(60)	(112)
Distribuição das quotas em tesouraria	-	(60)	-	60	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(770)	-	(770)
Lucro líquido do exercício	-	-	2.230	-	2.230
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	1.460	(1.460)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	7.500	6.204	-	-	13.704
Dividendos Pagos	-	(681)	-	-	(681)
Aquisição de quotas próprias	-	-	-	-	-
Distribuição das quotas em tesouraria	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(770)	-	(770)
Lucro líquido do exercício	-	-	3.261	-	3.261
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	2.491	(2.491)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	7.500	8.014	-	-	15.514

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais	
	2016	2015
Atividades Operacionais	3.222	4.699
Lucro Líquido do Exercício	2.491	1.460
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa	1.040	1.069
Amortização	370	368
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	331	623
Valor Residual do Ativo Intangível Baixado	340	78
Equivalência Patrimonial	-	
Variações no ativo circulante	644	432
(Aumento) Redução Contas a Receber de Clientes	1.005	(667)
(Aumento) Redução Serviços em Curso	-	360
(Aumento) Redução Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	(3)	255
(Aumento) Redução Estoque	(117)	(23)
(Aumento) Redução Despesas Pagas Antecipadamente	(184)	6
(Aumento) Redução Outros Ativos Circulantes	280	488
(Aumento) Redução Ativos Não Circulantes	(337)	12
Variações no passivo circulante	(954)	1.738
Aumento (Redução) Fornecedores	(367)	662
Aumento (Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	11	24
Aumento (Redução) Tributos e Contribuições Sociais	24	136
Aumento (Redução) Encargos Setoriais	(410)	670
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulantes	(212)	246
Atividades de Investimento	(988)	(624)
Vendas de Ativo Intangível	-	-
Aquisições do Ativo Intangível	(1.234)	(664)
Contribuição e Doações do Consumidor	246	40
Atividades de Financiamento	(680)	(1.293)
Pagamento de dividendos	(680)	(900)
Aquisição de quotas próprias	-	(112)
Juros sobre o capital próprio	-	(281)
Total dos efeitos no caixa	1.554	2.782
Saldo inicial de caixa	7.999	5.225
Saldo final de caixa	9.553	7.999
Varição no caixa	1.554	2.774

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EM 31 DE DEZEMBRO

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais	
	2016	2015
Receitas	39.428	40.350
Venda de Mercadorias, Produtos e Serviços	39.428	40.350
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(17.450)	(17.949)
Custo da Energia Comprada	(15.123)	(15.813)
Materiais	(207)	(180)
Serviços de Terceiros	(278)	(250)
Outros	(1.842)	(1.706)
(=) Valor Adicionado Bruto	21.978	22.401
(-) Quotas de depreciação	(370)	(368)
(=) Valor Adicionado Líquido Produzido pela Concessionária	21.608	22.033
(+) Valor Adicionado Recebido em Transferências	1.488	1.094
Receitas Financeiras	1.488	1.094
(=) Valor Adicionado Total a Distribuir	23.096	23.127
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	1.515	1.371
Remunerações	1.304	1.223
Encargos Sociais (exceto INSS)	115	77
Convênio assistencial e outros benefícios	96	71
Governo	17.935	19.334
INSS (sobre folha de pagamento)	366	335
ICMS	9.110	7.996
Imposto de renda e contribuição social	1.209	694
Outros	7.250	10.309
Financiadores	385	192
Despesas financeiras	210	35
Aluguéis	175	157
Acionistas	3.261	2.230
Remuneração do capital próprio	770	770
Lucros retidos	2.491	1.460
Valor adicionado distribuído	23.096	23.127
Valor adicionado (médio) por empregado	1.004	1.006

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIO

Senhoras e Senhores Quotistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2016, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Societárias, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda. (Mux Energia) para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Cenário

A Mux Energia estabelecida em Tapejara – RS atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 72 anos de existência. A produção de energia é integrada por uma PCH interligada com o sistema de distribuição.

Com sede em Tapejara, é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, fundada em 05 de agosto de 1944. Empresa com formação tipicamente familiar, composta atualmente por 59 quotistas, na maioria descendentes dos primeiros sócios.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Mux Energia para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio das premiações que a Concessionária recebeu em 2015 e também em 2016: Prêmio IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) como a melhor Concessionária de Distribuição do Brasil e 1º lugar na categoria Região Sul Sudeste e Centro-Oeste até 30 mil UCs.

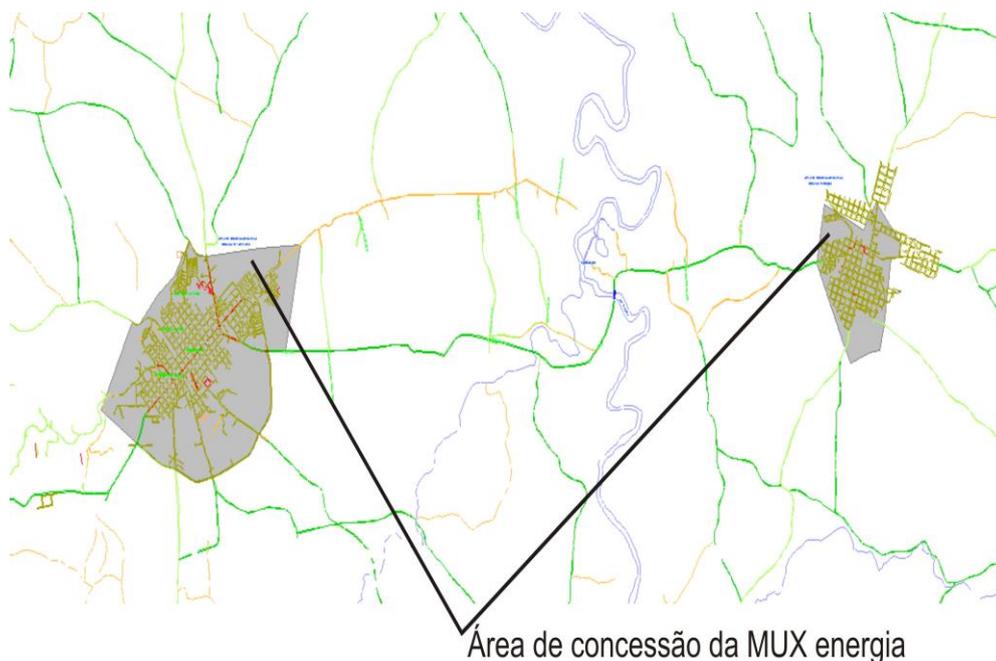
Geração, Distribuição de Energia Elétrica

Geração

A Concessionária possui em operação uma usina hidrelétrica de 01 MW de potência instalada, sendo que a produção anual em 2016 foi de 4,49 MWh.

Distribuição

A Mux Energia distribui energia elétrica para as áreas urbanas de Tapejara e Ibiacá no Rio Grande do Sul.



Número de Consumidores – no ano de 2016 houve um aumento de 231 consumidores, sendo 184 residenciais, 44 comerciais, 02 nas demais classes e a migração de 01 grande consumidor para o mercado livre, totalizando 11.094 consumidores atendidos pela Mux Energia, número 2,13% superior ao de 2015.

Tab 14

Consumidores	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	8.286	8.611	8.877	9.122	9.306
Comercial	1.240	1.415	1.484	1.529	1.573
Industrial	93	88	91	93	87
Rural	26	24	23	24	24
Poderes Públicos	73	72	76	72	81
Iluminação Pública	27	6	6	6	6
Serviço Público	13	14	16	17	16
Consumidor Livre	-	-	-	-	1
Total	9.758	10.230	10.573	10.863	11.094
Variação	4,21%	4,84%	3,35%	2,74%	2,13%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Mux Energia no período de janeiro a dezembro de 2016, foi de 67 GWh (61 GWh em 2015).

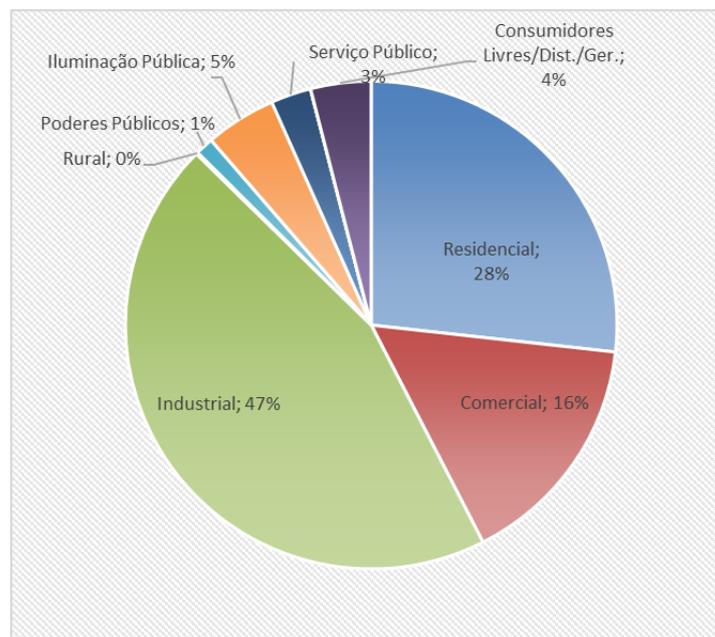
Dentre as classes de consumo, a com maior relevância é a industrial que representa 47% do total do faturamento. As atividades econômicas mais significativas e que representam 92% do consumo da classe são: preparação de leite, fabricação de artefatos de plástico e fabricação de frutas cristalizadas e balas.



A seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.

Mercado Atendido - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Energia Faturada	58	59	62	61	67
Fornecimento	58	59	62	61	64
Residencial	15	16	17	17	18
Comercial	9	10	11	10	10
Industrial	30	29	29	29	30
Rural	0	0	0	0	0
Poderes Públicos	1	1	1	1	1
Iluminação Pública	2	2	3	3	3
Serviço Público	1	1	2	2	2
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Dstribuição	-	-	-	-	3
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	3
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	58	59	62	61	67
Variação	6,07%	1,28%	4,87%	-0,88%	8,20%

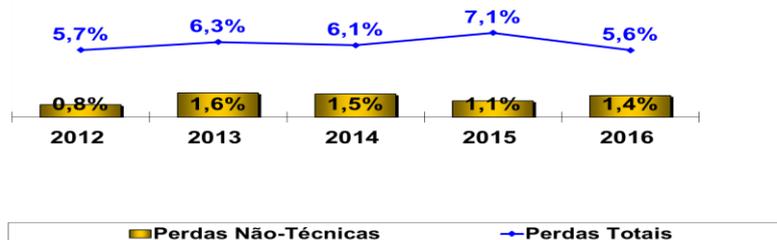
O gráfico a seguir demonstra o percentual de consumo de energia elétrica por classe de consumo no ano de 2016:



As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram uma evolução negativa de 1% de 2015 para 2016.



Energia Requerida - GWh	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de Energia	58	59	62	61	64
- Fornecimento	58	59	62	61	64
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	3
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	58	59	62	61	67
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	4	4	4	5	4
Perdas Técnicas	3	3	3	4	3
Perdas não Técnicas - PNT	1	1	1	1	1
PNT / Energia Requerida %	0,8%	1,6%	1,5%	1,1%	1,4%
Perdas Totais - PT	4	4	4	5	4
PT / Energia Requerida %	5,7%	6,3%	6,1%	7,1%	5,6%
Total	62	63	66	66	71
Suprimento Rio Grande Energia	58	57	59	60	64
Consumidor Livre	-	-	-	-	3
Geração Própria	4	6	7	6	4
Microgeração	-	-	-	-	0
Total	62	63	66	66	71



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2016 apresentou um crescimento de 2,13% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

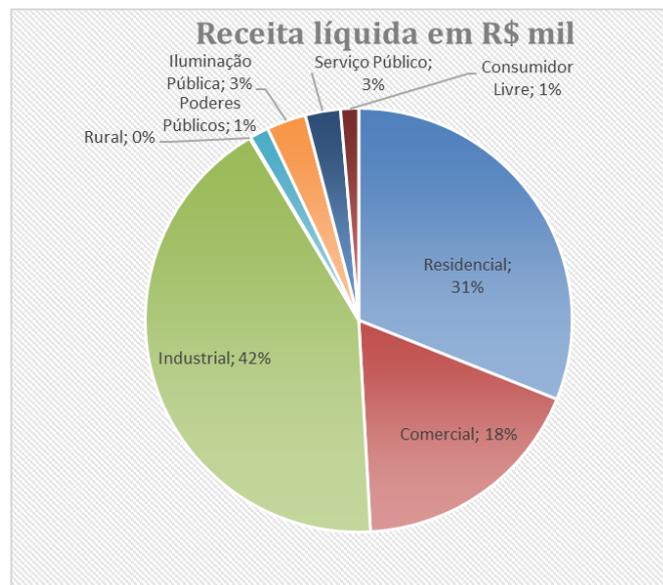
Classe	Número de consumidores		
	2016	2015	%
Residencial	9.306	9.122	2,02%
Comercial	1.573	1.529	2,88%
Industrial	87	93	-6,45%
Rural	24	24	0,00%
Poderes Públicos	81	72	12,50%
Iluminação Pública	6	6	0,00%
Serviço Público	16	17	-5,88%
Consumidor Livre	1	-	
Total	11.094	10.863	2,13%



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, importou em R\$ 25.780 mil, representando uma diminuição em 6 pontos percentuais em comparação com o ano anterior, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ mil			
Classe	2016	2015	%
Residencial	8.146	8.446	-4%
Comercial	4.727	5.101	-7%
Industrial	10.737	11.897	-10%
Rural	26	30	-14%
Poderes Públicos	375	357	5%
Iluminação Pública	781	777	0%
Serviço Público	700	742	-6%
Consumidor Livre	289	-	
Total	25.780	27.351	-6%

O gráfico a seguir demonstra o percentual da receita líquida por classe de consumo de energia elétrica no ano de 2016:



Tarifas - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.111 de 19 de julho de 2016 homologou o resultado da Reajuste Tarifário Anual da Mux Energia. As tarifas foram, em média, reajustadas em -11,15%, sendo -5,17% referente ao reajuste tarifário anual econômico e -5,98% relativos aos componentes financeiros.



Classe	Tarifa média de fornecimento em R\$/MWh	
	Sem Impostos	Com Impostos
Residencial	457,47	700,72
Comercial	451,34	696,39
Industrial	357,91	468,04
Rural	326,47	361,40
Poderes Públicos	474,57	677,46
Iluminação Pública	251,65	336,42
Serviço Público	395,58	609,24

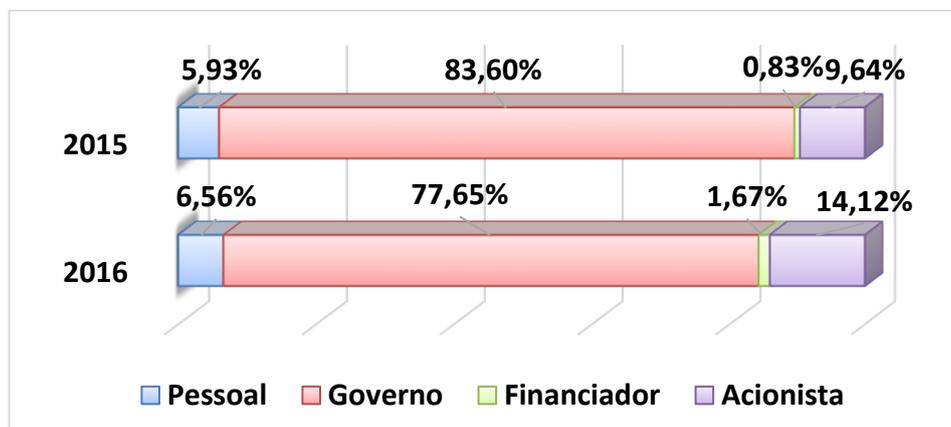
Desempenho econômico-financeiro - A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 23.068 mil, enquanto que em 2015 ficou em R\$ 22.044 mil. Destaca-se a apropriação dos valores da receita de construção no valor de R\$ 1.589 mil, salienta-se que esta receita é anulada com os custos de construção (registrados no grupo Custo da Operação), uma vez que a margem de construção da infraestrutura adotada é igual a zero.

Destacamos as medidas de redução de custos tomadas pela empresa para melhor adequação dos resultados.

O lucro líquido foi de R\$ 3.261 mil, comparado com o de 2015 R\$ 2.230 mil, houve um acréscimo de 46,23%.

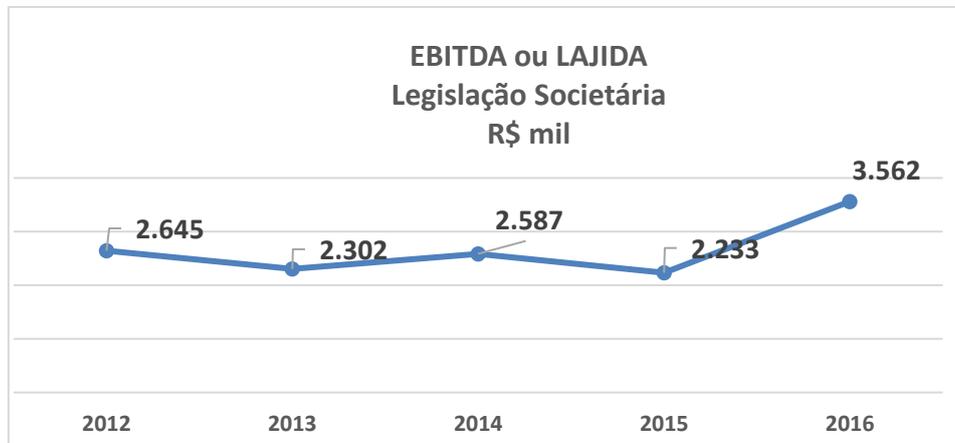
Valor adicionado - Em 2016, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Mux Energia foi de R\$ 23.096 mil, representando 58,58% do faturamento bruto, com a seguinte distribuição:

Valor adicionado	2016	2015
Pessoal	1.515	1.371
Governo	17.935	19.334
Financiador	385	192
Acionista	3.261	2.230
	23.096	23.127
Faturamento Bruto	39.428	40.350
Relação Valor adicionado/Faturamento	58,58%	57,32%





O EBITDA ou LAJIDA, Resultado do Serviço (DRE), adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 3.562 mil, superior em 59,52% comparado a 2015, que foi de R\$ 2.233 mil.



Investimentos - Os investimentos realizados pela empresa em 2016 totalizaram R\$ 1.325 mil sendo que o maior incremento foi em máquinas e equipamentos para a distribuição de energia elétrica que representaram R\$ 805 mil e atenderam a expansão do mercado de energia e a melhoria da qualidade de fornecimento. A usina hidrelétrica Avante também passou por melhorias em seus equipamentos, representando um incremento de 515 mil.

Investimentos	2016	2015
Obras de Geração	515	-
Obras de Distribuição	805	883
Instalações Gerais	5	-
Total dos Investimentos	1.325	883

Qualidade do fornecimento - A ANEEL exige que todas as distribuidoras certifiquem o processo de coleta e apuração dos indicadores de continuidade DEC e FEC, com base nas normas da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9000.

Os indicadores DEC (duração equivalente de interrupções por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupções por unidade consumidora) são os dois principais indicadores que representam a qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica. A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:



Ano	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2016	6,12	4,46	0,72
2015	4,87	5,15	0,75
2014	7,91	6,99	0,77
2013	5,53	4,16	0,78
2012	2,69	2,70	0,75

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos - No exercício de 2016, a Mux Energia pagou a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 770 mil (R\$ 770 mil em 2015), de acordo com o artigo 90 da Lei no 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. O pagamento de dividendos será submetido à consideração do Conselho Consultivo da sociedade, conforme prevê o contrato social. Normalmente 50% do lucro líquido de cada exercício tem sido destinado aos quotistas.

Composição acionária - Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Mux Energia era de R\$ 7,5 milhões, composto por 7.500.000 quotas no valor de 1,00 cada uma.

Atendimentos aos quotistas - Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Mux Energia coloca à disposição dos seus quotistas um atendimento personalizado, na sua sede a Rua do Comércio, 1420 em Tapejara – RS. O atendimento presta informações sobre as posições das quotas individuais, dividendos ou juros sobre o capital próprio, créditos dos dividendos e demais informações para o bom relacionamento entre a Empresa e seus Quotistas.

Administração - Com a assinatura do 4º termo aditivo ao Contrato de concessão em 09/12/2015, a Mux energia teve sua concessão prorrogada por mais 30 anos.

Este fato requer da empresa a continuidade de suas operações dentro do nível de atendimento demonstrado nos últimos anos para garantir o cumprimento das metas de qualidade e de gestão previstas no novo contrato de concessão.

Como consequência das exigências cada vez maiores a nível de satisfação do consumidor e das metas de qualidade exigidas pelos órgãos reguladores, a empresa planeja investir em uma nova estrutura organizacional para o atendimento as mudanças exigidas pelo setor elétrico.



Gestão pela qualidade total – A MUX ENERGIA possui o Certificado de Registro nº FS 544410 emitido pelo órgão certificador BSI Brasil. Em 2016 deu continuidade ao processo de renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001. O escopo de foi a “Distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de coleta de dados, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, indicadores individuais e coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica, bem como, o tratamento das reclamações de consumidores”. Todo o trabalho da direção e colaboradores culminou na continuidade da certificação da MUX ENERGIA em novembro de 2016.

Responsabilidade Social - Cada vez mais, a Mux Energia vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, proporcionado investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.

A Mux Energia também realiza, em prol da comunidade, arrecadação via conta de energia elétrica para entidades de cunho beneficente e cultural, facilitando a contribuição e diminuindo os custos.

Com relação aos programas de Eficiência Energética, em 2016 a empresa não possui nenhum projeto em andamento.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Consultivo pelo apoio prestado nas questões de maior interesse da Mux Energia. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Mux Energia.

Tapejara, 03 de abril de 2017.

Mario Atílio Marin

Presidente

CPF: 030.976.250-20



BALANÇO SOCIAL ANUAL

Legislação Societária

		Valores expressos em milhares de reais					
		2016			2015		
1. Base de Cálculo							
1.1	Receita Líquida(RL)			23.068			22.044
1.2	Lucro Operacional(LO)			3.192			1.865
1.3	Folha de Pagamento Bruta (FPB)			1.880			1.706
2. Indicadores Sociais Internos							
		Valor	% S/ FPB	% S/ RL	Valor	% S/ FPB	% S/ RL
2.1	Encargos Sociais	449	23,88	1,95	412	24,14	1,87
2.2	Alimentação	91	4,84	0,39	67	3,93	0,30
2.3	Segurança	3	0,16	0,01	2	0,12	0,01
2.4	Outros	1	0,05	0,00	2	0,12	0,01
TOTAL		544	28,94	2,36	483	28,30	2,19
3. Indicadores Sociais Externos							
		Valor	% S/ LO	% S/ RL	Valor	% S/ LO	% S/ RL
3.1	Tributos (Excluídos Encargos Sociais)	17.569	550,41	76,16	19.000	1.018,76	86,19
3.2	Contrib. p/a Sociedade	24	0,75	0,10	12	0,64	0,05
TOTAL		17.593	551,16	76,27	19.012	1.019,40	86,25
4. Indicadores Corpo Funcional							
		Nº de Empregados			Nº de Empregados		
4.1	Nº Empreg. ativos início ano	22			22		
4.2	Nº Admissões no ano	3			2		
4.3	Nº Demissões no ano	2			-2		
4.4	Nº Empreg. ativos fim ano	23			22		
	Escolaridade						
	Superior	9			8		
	Ensino Médio	9			8		
	Ensino Fundamental	5			6		
	Faixa Etária dos Empregados						
	Até 30 de idade	3			2		
	De 31 a 40 anos	9			9		
	De 41 a 50 anos	7			8		
	Superior a 50	4			3		
	Mulheres que trabalham na empresa	6			6		
	Menor Aprendiz	1			1		



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

01 – Contexto Operacional

A Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda – Mux Energia é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede no município de Tapejara, localizada ao norte do estado do Rio Grande do Sul.

Os principais objetivos sociais da Mux Energia são: geração de energia elétrica sob o regime de serviço público por meio da usina hidrelétrica existente e distribuição de energia na sua área de concessão nos municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Possui em operação uma pequena central hidroelétrica – PCH (Avante) com capacidade instalada de 01 MW localizada no Rio Ligeiro, município de Ibiaçá-RS.

02 – Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 - Base de Preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado outra forma. Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações financeiras em ambos os períodos apresentados.

2.2 - Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

03 – Principais Práticas Contábeis

3.1 - Contratos de Concessão

Os contratos de concessão assinados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as



empresas prestadoras dos serviços de distribuição de energia estabelecem regras claras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. Os novos contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Prevê ainda o incentivo à implantação de medidas de combate ao desperdício de energia e de ações relacionadas às pesquisas voltadas para o setor elétrico.

O ICPC 01 – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Empresa é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras; a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 R1- Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) de não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Empresa, a administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Dessa forma as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, contas bancárias e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, as quais são prontamente conversíveis em caixa, sujeitos a um risco mínimo de valor, estão demonstradas ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.



3.3 - Consumidores

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada (estimativa), contabilizado com base no regime de competência. Inclui ainda os impostos diretos; os serviços prestados; acréscimos moratórios e outros bem como a provisão para crédito de liquidação duvidosa calculadas de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

3.4 - Almoxarifado operacional

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (estoque de manutenção, de obras e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 - Ativo Financeiro Setorial

Com a assinatura do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, pelo qual foi assegurado que além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária.

Através da Deliberação CVM nº 732, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis –CPC aprovou a Orientação Técnica OCPC 08 e a emissão do Comunicado Técnico IBRACON nº 05/2014, tornaram obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos e passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, a companhia passou a reconhecer os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações societárias.

3.6 - Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esses ativos a Empresa possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do



serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Empresa, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório. A Revisão Tarifária da Concessionária ocorre a cada 4 anos, e somente nesta data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do Valor Novo de Reposição- VNR depreciado. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve ser depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL, e podem ser modificados tempestivamente.

3.7 - Investimentos

Representam investimentos em bens imóveis e ações, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

3.8 - Intangível

O ativo intangível da empresa corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do CPC 4 ICPC 01 – OCPC 05- Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Empresa possui de cobrar os usuários pelo uso de infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Os itens que compõe a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Empresa, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL que regulamenta a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Estes ativos estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.9 - Redução ao valor recuperável de ativos

A Concessionária avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o



valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável é constituído provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

3.10 - Encargos Setoriais

São obrigações a recolher, originadas dos encargos do consumidor de energia elétrica definidos em lei federal e normatizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

3.11 – Contingências Passivas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A provisão para contingência é atualizada mensalmente quando há previsão Provável de saída de recursos, a qual busca refletir a melhor estimativa corrente nas demonstrações contábeis, sendo constituídas para reclamações trabalhistas e cíveis as ações classificadas como prováveis. Devido a irrelevância de valores de estimativas de contingências prováveis as mesmas não foram contabilizadas.

3.12 - Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, sobre o lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

São calculados pelas alíquotas estabelecidas pela legislação em vigor na data do balanço, aplicados sobre o lucro tributável e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitadas a 30% do lucro real. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.



3.13- Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime da competência.

04 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	2016	2015
Caixa e depósitos bancários à vista	656	674
Aplicações financeiras de liquidez imediata	8.897	7.325
	9.553	7.999

05 – Consumidores

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	2016	2015
Fornecimento Curto Prazo	2.729	4.024
Outros créditos	27	13
Não faturado	660	660
Participação Financeira do Consumidor	-	-
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(643)	(974)
Sub-total	2.773	3.723
Fornecimento Longo Prazo	620	340
	3.393	4.063

Em 2015, o valor a receber de R\$ 340 mil de Consumidores (Fornecimento de Longo Prazo) referente à fatura de energia elétrica nº 9775 da empresa Laticínios Bom Gosto S.A. CNPJ nº 94.679.479/0001-88, a qual entrou em processo de recuperação judicial, foi recebida na sua totalidade.

Em 2016, o valor a receber de R\$ 620 mil de Consumidores (Fornecimento de Longo Prazo) referem-se a faturas de energia elétrica nº 4134 (faturamento outubro/2014) e 10.499 (faturamento novembro/2014) da empresa Laticínios Bom Gosto S.A. CNPJ nº 94.679.479/0001-88. Foram transferidas para Longo Prazo e constituída a referida PCLD conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e a legislação do Imposto de Renda.



Composição do grupo Contas a Receber

Classe de Consumidores	Vincendos	Vencidos		Subtotal	PCLD	Total	
		até 90 dias	mais de 90 dias			2016	2015
Residencial	995	2	20	1.017	(17)	1.000	1.169
Industrial	875	1	622	1.498	(599)	899	1.379
Comercial	585	-	6	591	(5)	586	689
Rural	3	-	-	3	-	3	3
Poder Público	32	-	-	32	-	32	8
Iluminação Pública	76	-	-	76	-	76	70
Serviço Público	76	-	-	76	-	76	95
Consumidor Livre	55	-	-	55	-	55	-
Subtotal	2.697	3	648	3.348	(621)	2.727	3.413
Serviço Taxado	9	-	1	10	(1)	9	7
Outros Créditos	18	-	-	18	(21)	(3)	(17)
Renda não faturada	660	-	-	660	-	660	660
Participação Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.384	3	649	4.036	(643)	3.393	4.063

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD

Conforme descrito no item 3.3 – Consumidores - Principais Práticas Contábeis, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e com a legislação do imposto de renda, que estabelece os seguintes critérios:

- (a) Consumidores residenciais e comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- (b) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

O valor é considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.



06 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
Imposto de Renda - IRPJ	6	-
Contribuição Social - CSLL	4	-
ICMS a Compensar	-	4
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	69	54
Programa de Integração Social - PIS	20	23
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	90	105
	189	186
Não Circulante		
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	108	51
Total	297	237

O ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado são créditos fiscais referente à compra de bens destinados ao Ativo Imobilizado e relacionados à atividade fim da empresa.

Através da Lei Complementar 102/00, o crédito de ICMS passou a ser efetuado mensalmente na proporção de 1/48. O Decreto 50.756 de 2013 permite que os créditos sejam apropriados na proporção de 1/24 desde que as mercadorias sejam produzidas por empresa fabricante localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

Os demais impostos serão compensados nos recolhimentos dos tributos calculados na competência seguinte.

07 – Serviços em Curso

São registrados nesta conta os serviços em andamento controlados pelo sistema de ordens de serviço em curso - ODS, os Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D desenvolvidos pela Concessionária, os quais fazem parte dos encargos setoriais. Nos anos de 2015 e 2016 não existiam valores de serviços em andamento.

08 – Outros Ativos Circulantes

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outros Devedores	76	22
Proinfa Recolhimento Antecipado	-	-
Subsídios Tarifários *	10	344
	86	366

* A rubrica Subsídios Tarifários refere-se ao valor a ser repassado pela Eletrobrás a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de



distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidro energéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado principalmente aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidroelétricas, o governo brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945 com o intuito de neutralizar parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras. O referido decreto prevê o repasse de recursos da CDE – Cota de Desenvolvimento Energético, para cobrir custos decorrentes da a) exposição no mercado de curto prazo limitado ao montante não atendido pela alocação das quotas; b) risco hidrológico das quotas; e c) ESS – Encargo de serviços do sistema (usinas térmicas).

09 – Ativo Financeiro da Concessão

O ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de concessão estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01(IFRIC 12), a Concessionária tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas Demonstrações Contábeis pelo ativo financeiro e ativo intangível.

Saldo inicial do Ativo Financeiro	5.148
Transferência do Intangível	(5.741)
(-) Transferência das Obrigações Especiais	879
Saldo final do Ativo Financeiro	286

	2016	2015
Ativo Financeiro da Concessão	286	5.148
Ativo Intangível da Concessão	5.717	350
Total Contrato de Concessão	6.003	5.498

Contrato de Concessão da Concessionária

A Mux Energia detém a concessão de distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS. Em 18 de outubro de 2000, a empresa e a Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL assinaram o contrato de concessão nº 087/2000, que regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantem a prestação de serviço na área de concessão. A concessão para distribuição de energia elétrica tinha prazo até abril de 2017, sendo que a Mux Energia em 11/10/2012 protocolou requerimento na ANEEL formalizando interesse na prorrogação da concessão. Em 09/12/2015 se



deu a renovação através do quarto Termo Aditivo do Contrato de Concessão, prorrogando o mesmo até 31/12/2045. Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Vinculação dos Bens a Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10 – Investimentos

Estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Participações Societárias Permanentes	216	209
Outros Investimentos	69	45
	285	254

11 – Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Em serviço (Líquido)	6.801	498
Em Curso	226	2
Obrigações especiais (Líquida)	(1.310)	(150)
	5.717	350

As movimentações dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são os seguintes:



	Serviço	Curso	Total
Saldo em 31/12/2015	348	2	350
Adições	-	1.549	1.549
Baixas	(698)	-	(698)
Amortização	(65)	-	(65)
Transferência - Ativo Intangível	1.325	(1.325)	-
Transferência - Ativo Financeiro	5.741	-	5.741
Obrigações Especiais	(1.160)	-	(1.160)
Saldo em 31/12/2016	5.491	226	5.717

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais são vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam valores dos consumidores e dos Municípios, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. A partir do segundo ciclo da Revisão Tarifária a quota de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação tem seus efeitos anulados no resultado contábil através da amortização das referidas obrigações.

A composição dessas obrigações

	2016	2015
Participação dos Municípios	39	14
Participação do Consumidor	1.043	186
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	287	45
Reintegração	(232)	(178)
Participações em Curso	173	83
	1.310	150

12 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Ativos e Passivos financeiros setoriais, conforme já mencionados no item 3.5, a Companhia reconheceu na contabilidade societária em conformidade com o OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e/ou Passivos das distribuidoras de energia elétrica, os quais divulga abaixo:



Ativo	2016			2015		
	Constituição	Amortização	Total	Constituição	Amortização	Total
CVA CDE	-	-	-	-	-	-
CVA Proinfa	-	38	38	-	-	-
CVA Energia	140	-	140	-	-	-
Neutralidade	95	-	95	-	-	-
			273			
Passivo						
CVA CDE	44	68	112			-
CVA Proinfa	1	-	1			-
CVA Energia		674	674			-
Neutralidade	-	131	131			-
			918			

CVA: Conta de compensação de Variação de Custos da Parcela “A”: A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados não gerenciáveis, que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Os principais custos que integram a Parcela “A” são: CDE, PROINFA, Energia Elétrica comprada para Revenda. Os custos são registrados e atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado da competência.

Valores em constituição são os apurados no período de 22 de julho a 31 de dezembro e que serão considerados no próximo reajuste tarifário da concessionária. Em amortização são os valores validados e considerados no último reajuste tarifário e que estão sendo amortizados neste período.

13 – Fornecedores

	2016	2015
Energia Elétrica	1.534	1.956
Materiais e Serviços	78	22
	1.612	1.978

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Concessionária, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.



14- Salários e Encargos a Pagar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Folha de Pagamento Líquida	82	77
Férias	148	150
Tributos Retidos na Fonte	26	22
Consignações em Folha	4	-
Total	260	249

15- Tributos e Contribuições Sociais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
Programa de Integração Social - PIS	48	58
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	221	269
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	159	
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	41	36
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	10	9
Tributos Retidos na Fonte	41	57
Imposto sobre Serviços	1	1
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	60
Contribuição Social Lucro Líquido - CSLL	19	26
Total	540	516

16 - Encargos Setoriais

De acordo com o descrito no item 3.9, o quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas em Lei:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	6	8
Ministério das Minas e Energia - MME	3	4
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	281	441
Programa de Eficiência Energética - PEE	279	168
PROCEL	11	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	126	76
Encargos de Capacidade Emergencial	-	-
Taxa de Fiscalização	2	2
Adicional Bandeira Tarifária	57	478
Total	766	1.177



17 – Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período. Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros retidos relativos a exercícios anteriores. A Empresa optou por creditar aos acionistas Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 770 mil.

Na Assembleia Geral Ordinária é feita a definição do valor a ser distribuído a título de dividendos. Em 2016, a distribuição foi no valor de R\$ 680 mil, referente a lucros acumulados de exercícios anteriores.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP	770	770
Imposto de renda retido sobre JSCP	(116)	(116)
Dividendos	-	-
	<u>654</u>	<u>654</u>

18 – Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 7,5 Milhões, no valor de R\$ 1,00 por quota.

19 – Receita Bruta (Fornecimento de Energia Elétrica)

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

Classe Consumidores	Nº de Consumidores		MWh		Valores	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Residencial	9.306	9.122	17.807	16.793	12.478	12.073
Industrial	87	93	29.875	29.285	13.983	15.321
Comercial	1.573	1.529	10.456	10.294	7.282	7.316
Rural	24	24	79	81	28	33
Poder Público	81	72	790	677	535	476
Iluminação Pública	6	6	3.102	2.670	1.044	1.041
Serviço Público	16	17	1.769	1.684	1.078	1.065
Consumidor Livre	1	-	2.646		375	-
Subtotal	11.094	10.863	63.878	61.484	36.803	37.325
Não Faturado					-	260
Obrigações Especiais *					(89)	(84)
Total	11.094	10.863	63.878	61.484	36.714	37.501



Obs.: O valor expresso foi formado por Consumo + Demanda + Fator Potência + ICMS + PIS + COFINS.

* Obrigações Especiais: De acordo com a orientação da ANEEL contida no Despacho nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, e de acordo com a metodologia aprovada para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos devem ser contabilizadas como obrigações especiais a partir da data contratual da revisão tarifária da concessionária.

A partir da assinatura do Termo Aditivo ao contrato de Concessão, as referidas receitas sofreram alterações quanto à forma de contabilização, as quais deverão ser registradas como um passivo financeiro setorial – Devoluções tarifárias.

20 – Outras Receitas Operacionais

	2016	2015
Receita de Construção	1.589	858
Arrendamentos e Aluguéis	16	16
Renda da Prestação de Serviços	50	46
Compartilhamento de Infraestrutura	230	183
Diferença Mensal de Receita	112	111
Subsídios Tarifários	724	1.366
Serviço Taxado	67	64
Outras Receitas	61	205
Ativos e Passivos Regulatórios	(537)	-
Total	2.312	2.849

21 – Deduções Sobre a Receita Bruta

	2016	2015
Impostos Estaduais	9.110	7.997
ICMS	9.110	7.997
Impostos Federais	3.561	3.678
PIS	635	656
COFINS	2.926	3.022
Impostos Municipais	12	10
ISS	8	7
IPTU	4	3
Encargos Setoriais	3.275	6.621
CDE	3.462	4.143
PEE	94	100
P&D	94	100
Taxa de Fiscalização	27	28
Adicional Bandeira Tarifária	(402)	2.250
Total	15.958	18.306



22 – Custo com Energia Elétrica

	2016	2015	2016	2015
Compra de Energia	63.439	59.061	13.047	13.698
PROINFA	1.524	1.552	509	387
Encargo de Uso da Rede Elétrica			2.470	1.875
Bolha Financeira			696	1.365
Microgeração			3	-
Crédito Tributos Recuperáveis			(1.602)	(1.512)
	64.963	60.613	15.123	17.324

23 – Custo da Operação

	2016	2015
Custo da Operação		
Pessoal	1.367	1.239
Administradores	513	467
Material	207	180
Serviço de Terceiros	278	250
Arrendamentos e Aluguéis	175	157
Seguros	8	9
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(331)	623
Tributos	14	13
Amortização	370	368
(-) Recuperação de Despesas	(29)	(26)
Outros Gastos	418	184
Custo da Construção	1.589	858
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	174	44
Total	4.753	4.366

24 – Receitas e Despesas Financeiras

	2016	2015
Receita Financeira		
Receita de Aplicações Financeiras e Juros s/ Capital Próprio	1.078	704
Multas, Juros e Acréscimos Moratórios de Energia	216	182
Variação Monetária Ativa - Financeiro Setorial	41	266
Outras Receitas Financeiras	245	-
Tributos sobre as Receitas Financeiras	(92)	(58)
	1.488	1.094
Despesa Financeira		
Juros sobre o Capital Próprio	(770)	(770)
Variação Monetária Passiva - Financeiro Setorial	(148)	-
Outras Despesas Financeiras	(62)	(35)
	(980)	(805)
Resultado Financeiro	508	289



25 – Instrumentos Financeiros

Risco de Crédito: o risco surge da possibilidade da Concessionária vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Concessionária como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Concessionária dos consumidores cativos são fixadas pela Aneel, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a Aneel determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado, embora compensados em períodos subsequentes por outros reajustes.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros - A Concessionária mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

26 – Seguros

A empresa mantém segurados alguns de seus bens imóveis, sendo estes de forma regular e renovados anualmente.

Descrição	Inc./Raio/Expl.	Vend./Granizo	Danos Eletr./Outros	Início	Término
Imóveis	500	90	15	04/2016	04/2017
	160	10	0	11/2016	11/2017
	350	20	10	12/2016	12/2017
Veículos	Danos Mat.	Danos Pes.	Morte/Danos	05/2016	05/2017
	870	870	388		
Seguros Pessoal/Indiv.	Morte	Invalidez			
	55	55	Vencimento mensal		

27 – Ajuste a Valor de Presente

Considerando as disposições do CPC 12 e por se tratarem de valores irrelevantes nas contas dos clientes, outros créditos e fornecedores, não houve ajustes a valor presente no resultado da empresa.



28 – Divulgação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis societária e regulatória da Concessionária estão disponíveis no site www.muxenergia.com.br.

Mario Atílio Marin

Presidente

CPF: 030.976.250-20

Rosane Rovani de Linhares

Contadora

CRC: RS 55.496-O/8

CPF: 494.609.860-72



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Sócios da Muxfeldt Marin E Cia. Ltda. – Mux Energia

Tapejara - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da empresa Muxfeldt Marin E Cia. Ltda. – Mux Energia que compreendem Ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data e demonstração dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da empresa Muxfeldt Marin E Cia. Ltda. – Mux Energia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 11 de abril de 2017.



ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA
CONTADOR CRC/RS 43899-0-9 – CNAI 1076
CPF 437477870-33



PÉGASUS AUDITORES ASSOCIADOS S.S.
CNPJ 06.951.205/0001-39 – CVM AD 13.214/2013
CRC/RS 4.308